

ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA – IPRESA.

Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às 13h30min, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina, localizado na Rua Armindo Pilhalarmi, 1.121, 1º andar, Centro, nesta cidade, foi realizada a reunião com os membros do Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina - IPRESA, com o **objetivo de avaliar o cenário econômico do País e seus reflexos, analisando o cenário macroeconômico de curto prazo e as expectativas de mercado, relatar e avaliar a situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa do mês de setembro/2017, distribuir, relatar e avaliar o Relatório Analítico dos Investimentos em setembro/2017 e 3º Trimestre de 2017 (julho, agosto e setembro/2017) definição da aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência setembro/2017, descontadas as despesas administrativas (cujo vencimento se dará em 11 de outubro de 2017), definir aplicação de valores a serem recebidos do pagamento da 10ª parcela do Parcelamento nº 00980-2016, autorizado pela Lei Municipal nº 1.027, de 23 de novembro de 2016, a qual dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Santa Albertina com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, relatar recolhimento parcial da Prefeitura Municipal referente a competência julho/2017 (pagamento só da parte do servidor – referente guia de recolhimento da folha de pagamento) e recolhimento parcial da Prefeitura Municipal referente a competência agosto/2017 (pagamento só da parte do servidor – referente guia de recolhimento da folha de pagamento)** Deu-se início a reunião constatando-se a presença dos seguintes membros do **Comitê de Investimentos**: Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Silmara Porto Penariol e Sebastião Batista da Silva, **Diretoria Executiva**: Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Aparecido Zara e Célia Maria Bassi, **Conselho Deliberativo**: Ellen Sandra Ruza Polisel, Osmar Games Martins, Silmara Porto Penariol, Carlos César de Oliveira e Sebastião Batista da Silva e do **Conselho Fiscal**: Sônia Aparecida Fiorilli, Isvaldir Lopes Veigas e Izuméria Aparecida da Costa Prajo. Dando início à reunião, comentou-se que na EUROPA a economia da zona do euro cresceu 0,6% no segundo trimestre de 2017, em relação ao trimestre anterior e 2,2% em relação ao ano anterior, conforme a última estimativa da agência Eurostat. No primeiro trimestre a alta do PIB foi de 0,5%. Em agosto, conforme o informado também pela agência Eurostat, a taxa de desemprego na zona do euro permaneceu em 9,1%, a menor marca desde fevereiro de 2009. Era de 18,73 milhões de pessoas o contingente de desempregados. A taxa de inflação, por sua vez, depois de ter se desacelerado para 1,3% em julho, voltou a acelerar em agosto, mês em que os preços ao consumidor subiram 1,5% em relação ao ano anterior e permaneceu no mesmo patamar em setembro. EUA Conforme a última estimativa, do Departamento de Comércio, o PIB americano no segundo trimestre de 2017 subiu à taxa anual de 3,1%, contra 1,2% do trimestre anterior. O maior crescimento foi impulsionado pelos gastos robustos dos consumidores, que

cresceram 3,5% entre abril e junho, além dos fortes investimentos empresariais. O mercado de trabalho, embora ainda robusto, oscilou para baixo em setembro, por conta dos furacões. Nesse mês foram perdidas 33 mil vagas de trabalho não agrícolas, quando a expectativa era da criação de 80 mil. A taxa de desemprego, que era de 4,4% em agosto caiu para 4,2% em setembro. Por outro lado, com a inflação ainda distante da meta de 2% ao ano, o FED decidiu na reunião realizada no final de setembro, adiar o terceiro aumento dos juros e manter a taxa na faixa de 1% e 1,25% ao ano.

ÁSIA Na China, o PMI de serviços subiu em setembro, atingindo o maior nível desde maio de 2014, sendo que o setor de serviços responde por metade do PIB. No Japão, o presidente do banco central afirmou que a economia está se expandindo e provavelmente, de forma sustentável.

MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL No mercado internacional de renda fixa, os títulos do tesouro americano, de 10 anos, que tinham rendimento de 2,12% a.a. no final de agosto, terminaram setembro com um rendimento de 2,32% a.a., ao passo que os emitidos pelo governo britânico rendiam 1,37% a.a. Os emitidos pelo governo alemão, por sua vez, fecharam o mês com rendimento de 0,46%. Paralelamente, o dólar se valorizou 0,59% perante o euro e 2,06% perante o yen, por exemplo. Já as bolsas internacionais tiveram em setembro resultados bons em sua maioria. Enquanto a bolsa alemã (Dax) subiu 6,41% no mês, a inglesa (FTSE 100) caiu 0,78%, mas a do Japão (Nikkei 225) subiu 3,61%, enquanto a americana avançou (S&P 500) 1,93%, estabelecendo novos recordes. No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent subiu no mês 9,85% e registrou o melhor desempenho para um terceiro trimestre, em 13 anos, com os países ricos voltando a consumir em grande escala.

NACIONAL ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA O IBC-B, considerado prévia do PIB, apresentou crescimento de 0,41% em julho, na comparação com junho e 1,41% em um ano. O resultado foi melhor que o esperado pelos analistas e deveu-se à recuperação do consumo das famílias diante da inflação e dos juros em queda. Já em agosto, a produção industrial caiu 0,8%, frustrando as expectativas, mas o faturamento do varejo teve a primeira alta em dois anos com o crescimento de 1,5% no mês. Já a taxa de desemprego, que era de 12,8% no trimestre encerrado em julho, recuou para 12,6% no trimestre encerrado em agosto, com 13,1 milhões de pessoas sem trabalho. O rendimento médio real do trabalhador foi de R\$ 2.105,00 no final do trimestre.

SETOR PÚBLICO Conforme informou o Banco Central, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 9,5 bilhões em agosto. No ano o déficit primário acumulou R\$ 60,9 bilhões e em doze meses R\$ 157,8 bilhões (2,44% do PIB). As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 423,5 bilhões (6,55% do PIB) e o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 581,3 bilhões (8,98% do PIB), também em doze meses. A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou em janeiro R\$ 4,76 trilhões (73,7% do PIB).

INFLAÇÃO O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), recuou, de agosto para setembro de 0,19% para 0,16%, ainda por conta dos alimentos mais baratos, que compensaram a alta da gasolina. Em doze meses, a alta acumulada foi de 2,54%, bem abaixo do piso da meta que é 3% e no ano, de 1,78%. Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), caiu 0,02%

em setembro passando a acumular uma alta de 1,24% no ano e de 1,63% em doze meses. **JUROS** Na reunião realizada no final de setembro, **o Copom, por unanimidade, decidiu reduzir a taxa Selic de 9,25% para 8,25% aa**, a oitava redução da taxa seguida. No comunicado após a reunião, o comitê afirmou que o cenário externo favorável e a inflação sob controle colaboraram para a decisão. No entanto, sinalizou que vai reduzir o ritmo de corte na próxima reunião. **CÂMBIO E SETOR EXTERNO** A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de setembro cotada em R\$ 3,168, com uma valorização de 0,66% no mês. Em agosto, as transações correntes, apresentaram déficit de US\$ 302 milhões, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 13,5 bilhões. Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 5,1 bilhões no mês, as reservas internacionais terminaram agosto em US\$ 381,8 bilhões e a dívida externa bruta em US\$ 315,3 bilhões. A Balança Comercial, por sua vez, teve em setembro de 2017 um superávit de US\$ 5,17 bilhões, o maior superávit para o mês desde o início da série histórica e acumula no ano um saldo de US\$ 53,2 bilhões, recorde para o período. **RENDA FIXA** Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de setembro acabou sendo o do IDkA 20 (IPCA), com alta de 3,75%, seguido do IMA-B 5+ com alta de 2,40% e do IMA-B Total, com 1,81%. Em doze meses, o melhor desempenho foi também o do IDkA 20 (IPCA) com alta de 20,78%, seguido do IRF-M 1+ com alta de 19,22% e do IRF-M Total, com alta de 17,44%. **RENDA VARIÁVEL** Para o Ibovespa, a alta no mês foi de também expressivos 4,88% e agora acumula no ano uma alta de 23,36% e de 27,29% em doze meses. Os juros ainda em queda, a evolução do PIB melhor que a esperada e o ingresso de capital estrangeiro, que no mês foi de R\$ 3,79 bilhões, elevando o acumulado no ano para cima de R\$ 14,7 bilhões, foram os principais responsáveis pela alta. **PERSPECTIVAS MERCADO INTERNACIONAL** Cabe destaque a continuada recuperação econômica da zona do euro. Em setembro, as empresas da região cresceram mais rapidamente, num esforço para atender a também crescente demanda. Mas com a inflação ainda abaixo da meta, o BCE, ao manter inalteradas as taxas de juros nas mínimas históricas, deixou aberta a porta para a adoção de estímulos monetários adicionais. E nos EUA, o FED reviu para cima a previsão de crescimento dos EUA para 2017, o que pode permitir uma elevação dos juros até o final do ano. **MERCADO NACIONAL** No mercado local, as atenções estarão voltadas para a próxima reunião do Copom, no dia 25 de outubro, quando nova redução da taxa Selic é esperada, mas em ritmo inferior ao que vinha sendo adotado. O mercado também estará atento ao que ocorre no campo político, sendo que nova denúncia contra o presidente Temer será avaliada pelos parlamentares. Dado o expressivo avanço já ocorrido com os índices que referenciam os fundos de investimentos em títulos públicos, nos meses recentes, por conta da queda da inflação e da redução da taxa Selic, o momento é de realização dos lucros obtidos com as aplicações de longuíssimo prazo. Permanecer com uma exposição no vértice de longuíssimo prazo neste momento de ainda grandes incertezas, pode não representar ganhos expressivos em função do fator risco a ser incorrido. Assim, a recomendação é uma exposição de 30% no vértice de longo prazo, representado pelo IMA-B Total. Para

os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) recomendação de uma exposição de 10%. Os recursos saídos do longuíssimo prazo poderão ser migrados para as aplicações em fundos DI, cuja alocação agora sugerida é de 30%. Para evitar o desenquadramento aos limites da Resolução CMN nº 3.922/2010, o percentual máximo de alocação em fundos enquadrados no Artigo 7º, Inciso IV é de 30%. A estratégia ora recomendada mantém a perspectiva de bom retorno ao mesmo tempo em que reduz o risco total da carteira. Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos. A atual escassez de crédito para a produção e o consumo tem gerado prêmios de risco, que possibilitam uma remuneração que supera as metas atuariais. Quanto à renda variável, a recomendação é uma exposição máxima de 30%, por conta da crescente melhoria das expectativas com a atividade econômica no próximo ano, que deverá refletir em um melhor comportamento dos lucros das empresas e, portanto, da Bolsa de Valores. Assim, já incluídas as alocações em fundos multimercado (5%), em fundos de participações – FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%), a alta na parcela de renda variável para 30%, considera que a alocação em ações passou de 10% para 15%, diminuindo-se para 30% as alocações em renda fixa de curto prazo. Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo. Em seguida, foi relatada a **situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa referente ao mês de setembro/2017** aos presentes, o qual foi avaliado e aprovado. Foi distribuído, relatado e avaliado o **Relatório Analítico dos Investimentos em setembro de 2017 e 3º Trimestre de 2017 (julho, agosto e setembro/2017), onde se verificou que foram observados os critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.922/2010**, de 25 de novembro de 2010, expedida pelo Banco Central do Brasil, podendo-se confirmar que os investimentos do IPRESA estão todos enquadrados na legislação pertinente e o mesmo foi aprovado pelos membros, observando que alguns percentuais da PAI-2017 estão por serem alcançados, porém com a devida cautela as movimentações financeiras que são saudáveis à carteira do Instituto estão sendo aproveitadas. **Seguindo foi avaliada e definida a aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência setembro/2017, descontas as despesas administrativas (cujo vencimento se dará em 11 de outubro de 2017), aplicação de valores a serem recebidos do pagamento da 10ª parcela do Parcelamento nº 00980-2016, autorizado pela Lei Municipal nº 1.027, de 23 de novembro de 2016, a qual dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Santa Albertina com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.** Considerando que estamos acompanhando a carteira de investimentos no que tange a aderência à PAI – 2017 e que estamos investindo recursos em fundo alocado no artigo 8º, inciso IV, da **Resolução nº 3.922/2010**, de 25 de novembro de 2010, e que conforme avaliação

efetuada pela Crédito & Mercado favorável ao investimento, uma vez que se encaixa no perfil do Instituto de Previdência, **estaremos investindo os recursos mencionados no FUNDO CAIXA JUROS E MOEDAS FI MULTIMERCADO LP, visando adequar a carteira de investimentos conforme prevê a PAI-2107, porém com devida cautela, avaliando o atual cenário. Seguindo foi relatado que a Prefeitura Municipal efetuou o recolhimento parcial da competência julho e agosto/2017, onde foram recolhidos os valores referente a parte do servidor e a parte patronal até a presente data esta devedora.** Em seguida, foi apresentada a PAI – Política de Investimentos para 2018, a qual foi discutida e ficará ainda sob análise do membros. Em seguida o Comitê de Investimentos deu ciência do teor da reunião à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo na presença do Conselho Fiscal, os quais ratificaram as decisões tomadas. Continuando ficou definido que próxima reunião ordinária do **Comitê se dará em 13 de novembro de 2017, às 13h30min.** Em seguida a secretária agradeceu a participação dos membros envolvidos, dando por encerrada a presente reunião. Nada mais havendo a tratar eu Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Secretária, lavrei a presente ata, que após lida achada conforme e aprovada, vai assinada por mim e por todos os presentes.

Santa Albertina, 10 de outubro de 2017.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS:

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: _____

Silmara Porto Penariol: _____

Sebastião Batista da Silva: _____

CONSELHO DELIBERATIVO:

Ellen Sandra Ruza Polisel: _____

Osmar Games Martins: _____

Silmara Porto Penariol: _____

Carlos César de Oliveira: _____

Sebastião Batista da Silva: _____

CONSELHO FISCAL:

Sônia Aparecida Fiorilli: _____

Isvaldir Lopes Veigas: _____

Izuméria Aparecida da Costa Prajo: _____

DIRETORIA EXECUTIVA:

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: _____

Aparecido Zara: _____

Célia Maria Bassi: _____